



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

MARIANNA VIEIRA DE LIMA ALVES

A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EM JOÃO PESSOA: UM OLHAR ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

JOÃO PESSOA

2022

MARIANNA VIEIRA DE LIMA ALVES

A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EM JOÃO PESSOA: UM OLHAR ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, do
Centro de Educação – CE, da Universidade
Federal da Paraíba - UFPB, como requisito à
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Orientadora: Prof^a. Dr^a Adenize Queiroz de
Farias

JOÃO PESSOA

2022

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A474e Alves, Marianna Vieira de Lima.

A educação de estudantes público alvo da educação especial em João Pessoa: um olhar acerca da formação docente inicial / Marianna Vieira de Lima Alves. - João Pessoa, 2022.

45f. : il.

Orientação: Adenize Queiroz de Farias.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Formação docente inicial. 2. Educação especial.
3. Inclusão. I. Farias, Adenize Queiroz de. II. Título.

UFPB/CE

CDU 37 (043.2)

MARIANNA VIEIRA DE LIMA ALVES

A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
EM JOÃO PESSOA: UM OLHAR ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Pedagogia, do
Centro de Educação – CE, da Universidade
Federal da Paraíba - UFPB, como requisito à
obtenção do título de Licenciatura Plena em
Pedagogia.

Data da aprovação: 15/12/2022

Banca Examinadora:

PROF. DRA. ADENIZE QUEIROZ DE FARIAS
PROF. DRA. LISIÊ MARLENE DA SILVEIRA MELO MARTINS
PROF. DRA. JACKELINE SUSANN SOUZA DA SILVA

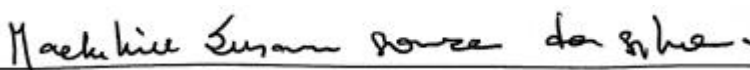
Profa. Dra. Adenize Queiroz de Farias

Orientadora – UFPB



Profa. Dra. Lisiê Marlene da Silveira Melo Martins

Examinadora Interna – UFPB



Profa. Dra. Jackeline Susann Souza da Silva

Examinadora Interna - UFPB

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao bom Deus, que em sua infinita misericórdia me proporcionou chegar até aqui, dando-me energia e força para concluir esse curso. Ele foi o orientador de cada ato realizado e a Ele consagro todo meu aprendizado, toda glória a Vós, meu bom Jesus. E agradeço ainda, a Vossa Mãe, que tanto recorri a sua intercessão e me socorreu.

Agradeço aos meus pais, Joselim e Eliane, e também a meu irmão, Matheus, que fizeram todo o possível por minha educação e me deram a base para que eu seja uma boa pedagoga, além disso, todo o carinho e otimismo para que eu perseverasse nos meus estudos.

A minha avó Marilim agradeço por cada colaboração e incentivo em persistir nos meus estudos e poder ver mais um de seus netos formada.

Aos meus fundadores e irmãos de comunidade, em especial, Nicolas Bublitz e Maria Eduarda Barros, agradeço cada minuto que ofertaram por mim, seja com suas orações ou com seus atos e palavras de incentivo.

Aos mestres (as) e doutores (as) que compartilharam seus saberes e enriqueceram o processo formativo.

À Prof^a. Dr^a Adenize Queiroz de Farias por cada momento de orientação e direcionamento deste trabalho e aprendizados em sala de aula.

As professoras Dr^a Sandra Santiago –professora das disciplinas de educação especial e estágio supervisionado V em educação especial- e Gerlane Gabriel –professora do ciclo II da EJA do Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha-, que enriqueceram minha trajetória enquanto estudante de pedagogia e futura professora. Ambas foram grandes exemplos do que quero ser um dia.

Aos meus colegas de curso, em especial Jackelyne Sousa, Luana Freitas e Raphaela Viana por cada compartilhar de conhecimento e de experiência.

“A alma da educação é a educação da alma.”

Pe. Leonel Franca

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a formação dos estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, para o futuro exercício da docência numa perspectiva inclusiva. Para a pesquisa quanti-qualitativa, foi utilizado como metodologia de coleta de dados, um formulário online do Google Forms, aplicado com 10 estudantes do curso de pedagogia da UFPB, cursando a partir do 7º período e que tivessem optado pela área da educação especial como área de aprofundamento. Posteriormente, pontuamos como as pessoas com deficiência eram vistas pela sociedade nos anos passados, além do crescente número de alunos matriculados como pertencentes ao público alvo da educação especial, como também, os marcos legais da legislação brasileira referente a educação especial e pontos que contribuem para a prática da educação inclusiva. Com a pesquisa, percebemos que a avaliação das estudantes, em sua maioria, foi considerada satisfatória, no entanto, com algumas necessidades de melhorias. Consecutivo ao estudo analisado, foi evidenciado a importância de tratar sobre a formação docente inicial dos futuros professores da área da educação especial, pois oriundo dessa formação teremos as práticas pedagógicas a serem desenvolvidas, tendo em mente, uma educação inclusiva.

Palavras-chave: Formação docente inicial; Educação Especial; Inclusão.

ABSTRACT

This work aims to analyze the training of students of the pedagogy course at the Federal University of Paraíba, for the future exercise of teaching in an inclusive perspective. For the quantitative and qualitative research, an online Google Forms form was used as a data collection methodology, applied with 10 students from the UFPB pedagogy course, attending from the 7th period and who opted for the area of special education as an area of deepening. Subsequently, we point out how people with disabilities were seen by society in the past years, in addition to the growing number of students enrolled as belonging to the target audience of special education, as well as the legal frameworks of Brazilian legislation regarding special education and points that provided for the practice of inclusive education. With the research, it was considered that the evaluation of the students, for the most part, was considered satisfactory, however, with some needs for improvement. Consecutive to the analyzed study, the importance of dealing with the initial teacher training of teachers in the area of special education was evidenced, since the advisees of this training will have pedagogical practices to be trained with an inclusive education in mind.

Keywords: Initial teacher education; Special education; Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Gráfico (A) Gênero, Gráfico (B) Média de Idade.....	27
Gráfico 2 – Avaliação do aporte teórico do curso de pedagogia da UFPB em relação a educação especial.....	30
Gráfico 3 – Gráfico indicativo do grau de satisfação das estudantes sobre as práticas ofertadas pelo curso de pedagogia da UFPB.....	31

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

AMA – Associação de Pais e Amigos do Autista da Paraíba

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

EEBAS – Escola de Educação Básica da Universidade Federal da Paraíba

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

PAEE – Público Alvo da Educação Especial

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ELEMENTOS HISTÓRICOS.....	16
2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: QUAIS AS GARANTIAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA.....	17
2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALGUNS DESAFIOS.....	20
3 PERCURSO METODOLÓGICO.....	25
4 A FORMAÇÃO INICIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS CONCLUINTEs DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB.....	27
4.1 SOBRE O PERFIL DAS PARTICIPANTES.....	27
4.2 A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE REVELA A PESQUISA.....	28
4.3 INCLUSÃO ESCOLAR: ELEMENTOS CONTRIBUTIVOS À FORMAÇÃO DOCENTE.....	32
4.4 A ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA.....	34
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	38
APÊNDICE A.....	41
APÊNDICE B.....	45

1 INTRODUÇÃO

A história nos revela que nas civilizações mais antigas as pessoas com deficiência não eram bem aceitas na sociedade, em alguns casos, bebês com deficiência chegavam a ser assassinados pois eram vistos como um castigo de Deus para a família. Em outros contextos, a família tinha vergonha e essas pessoas ficavam confinadas em um ambiente numa parte escondida da casa para que não fossem vistas, isto quando não se fazia o real uso de objetos para mantê-las aprisionadas.

Contudo, com o avanço da globalização, lutas dos indivíduos e o acesso cada vez mais rápido as tecnologias, a inclusão vai pouco a pouco ganhando seu reconhecimento.

Tendo em vista que alguns psicólogos no ano de 2007 observaram, no que se refere ao contexto escolar, que há um crescente número de crianças com laudos de deficiências, distúrbios, transtornos dentre outras especificidades (ANGELUCCI; SOUSA, 2010) e o direito a educação que precisa ser cumprido, como assegurado na Constituição Federal (BRASIL, 1988) e reforçado pela lei Nº 9394 (BRASIL, 1996) estas crianças ingressam na escola, contudo, há algumas concepções em relação as deficiências e os outros casos que englobam o público da educação especial que precisam ser urgentemente revistas.

Em primeiro lugar, partimos do fato de que uma pessoa com deficiência, transtorno, síndrome, dentre outras especificidades, pode estudar como qualquer outra, já que

Todas as crianças podem aprender e se desenvolver[...] As mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental. (VYGOTSKY, 1989)

Os recursos virão em auxílio não só do educador como do aluno e de sua família, com isso, fica o questionamento: diante do aumento significativo nas matrículas de estudantes com deficiência de que maneira a formação inicial dos futuros professores contribui para que os mesmos possam atuar de modo eficaz junto a esses alunos?

Pessoas surdas, autistas, com síndromes, cegas e demais casos estão cada vez mais presentes em nossas escolas, de forma que se tornou difícil encontrar um professor que não tenha contato com estudantes nessas condições.

Assim sendo, apesar do número de estudos acerca dessa questão, como percebemos com grandes estudiosos como Vygotsky e Piaget, vemos também nas temáticas de outros trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses e nos perguntamos: quais são as dificuldades experienciadas por professores na sala de aula regular para assegurar a inclusão desses estudantes?

Nessa perspectiva, ao observar que por vezes, a escola não é um espaço verdadeiramente inclusivo e que alguns professores ainda não se sentem capacitados para exercer seu trabalho com êxito de modo a contemplar todos os alunos da sala regular, se percebe a relevância de discutir como o professor age diante de tal situação.

É importante observar ainda que não é em qualquer escola que se encontra um intérprete de libras para colaborar na comunicação entre os alunos surdos e seus professores, ou ainda um profissional habilitado para orientar quanto as especificidades de alunos autistas ou mesmo a disponibilidade de recursos táteis e auditivos para alunos cegos, isto por conta do fato de que os sistemas de ensino não colocam como prioridade a contratação destes profissionais, como a formação continuada dos que já estão em exercício da docência.

Outro aspecto a se considerar seria a superlotação por vezes existente na maior parte das nossas salas de aula. Sem um profissional que possa auxiliá-lo, torna-se difícil para o professor dar conta de toda sua demanda, principalmente quando há alunos com deficiência em sua sala de aula, nesse sentido, para que a aprendizagem desses alunos seja bem-sucedida, torna-se necessário planejar e executar metodologias de ensino que possam contemplar a todos sem exclusão.

Fazendo estágio supervisionado no Instituto dos Cegos da Paraíba Adalgisa Cunha no período de 2022.1, a professora supervisora relatou que precisou aprender o braille de forma independente para conseguir dar aula aos seus alunos, já que não poderia estar presa a lápis e caderno, aos poucos foi aprendendo e hoje consegue dar suas aulas tranquilamente. Este exemplo serve para perceber que a pessoa com deficiência não precisa se adaptar ao “mundo das pessoas sem deficiência”, as pessoas sem deficiência

que precisam deixar a exclusão de lado e inclui-las. Além disso, como a formação docente impacta na conjuntura da aprendizagem, principalmente, no exemplo exposto.

A partir dessas constatações consideramos relevante problematizar a formação dos estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, no tocante o futuro exercício da docência numa perspectiva inclusiva. Questiona-se ainda, se ao iniciar o exercício da docência os mesmos se julgam capacitados para atuarem em situações como as apresentadas acima.

Diante de tais questionamentos, argumentamos que em virtude do crescente número de diagnósticos de estudantes com deficiência há a necessidade de um aprofundamento na área da educação especial no que se refere à formação dos professores.

Com essa pesquisa, esperamos perceber como os futuros pedagogos tem avaliado a formação inicial na área da educação especial.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar a formação dos estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, para o futuro exercício da docência numa perspectiva inclusiva.

Definimos ainda como objetivos específicos:

Destacar a importância da formação docente em educação especial com foco numa perspectiva inclusiva

Conhecer as percepções de estudantes do curso de pedagogia acerca dos conhecimentos teóricos e práticos oferecidos na área de aprofundamento em educação especial

Apresentar o nível de satisfação dos estudantes da área de aprofundamento em educação especial, relacionadas ao seu processo de formação para a atuação junto aos estudantes público alvo da educação especial.

Para o alcance desses objetivos, optamos por desenvolver uma pesquisa quanti-qualitativa junto a estudantes do curso de pedagogia da UFPB que escolheram a educação especial como área de aprofundamento, utilizando como instrumento um questionário aplicado por meio do Google Forms.

A seleção deste público para a realização da pesquisa, como também sua temática, foram escolhidos pelos relatos que eram apresentados durante as aulas, seja abordagens com referência as problemáticas de campo de estágio –sendo obrigatório ou não obrigatório- ou boas experiências, como também o fato da necessidade de uma carga horária maior, ou mesmo mais componentes curriculares iriam dar uma maior bagagem para os futuros professores ao ingressarem no mercado de trabalho.

Com base nessas observações iniciamos esse TCC apresentando uma fundamentação teórica acerca dos principais elementos que envolvem a temática do estudo, na sequência, discorremos acerca do percurso metodológico seguido de uma breve análise dos dados coletados na pesquisa, culminando com as nossas conclusões.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste tópico vamos apresentar o que fundamentou este trabalho, trazendo o contexto histórico da inclusão escolar das pessoas público alvo da educação especial, como também, as garantias presentes na legislação brasileira e os desafios para a formação docente numa perspectiva inclusiva.

2.1 INCLUSÃO ESCOLAR DE ESTUDANTES PÚBLICO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: ELEMENTOS HISTÓRICOS

No contexto do Brasil Colônia a educação especial não era debatida, as pessoas com deficiências não tinham acesso à educação e estavam à margem da sociedade. Ademais, na época do Brasil Império os primeiros passos começaram a ser dados, entretanto o contato com a educação apenas acontecia por indicação do imperador, ou seja, as pessoas da elite que tinham melhores condições financeiras, conseguiam ter a oportunidade de matricularem seus filhos. (SANTIAGO, 2012)

Com isso, para estudantes com deficiência o processo de escolarização se dava em institutos como o Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos (1857) ambas as instituições, continuam funcionando nos dias atuais, na cidade do Rio de Janeiro e são referências na área da surdez e da deficiência visual, não só no Brasil, mas também, na América Latina.

Por conseguinte, a fim de atender as pessoas com deficiência mental – nomenclatura utilizada na época-, foi criado, no ano de 1926, o Instituto Pestalozzi, e tendo o autor por aspecto principal de suas teorias o afeto, destaca que

O mestre não pode ser uma pura ferramenta, distribuidor inanimado de uma matéria morta, semelhante à uma máquina, mas ele deve se colocar ao ponto de vista da criança e mover-se em seu sujeito de maneira a passar de uma verdade a outra, de uma descoberta a outra no mesmo ritmo da criança. (PESTALOZZI, 2012).

Assim, percebemos a importância de o professor conhecer seus alunos e no contexto de educação especial este fator ganha um maior destaque já que a cada dia na

realidade da sala de aula regular, tendo ou não alunos alvo da educação especial, os divergentes ritmos precisarão ser levados em consideração para que o processo de ensino-aprendizagem possa ocorrer bem.

Outrossim, em 11 de março de 1946, houve o registro em cartório da então conhecida Fundação Dorina – nome da fundadora- ou também Fundação para o livro do cego no Brasil, que tinha por objetivo a produção de livros em Braille, sendo esse um marco importantíssimo para as pessoas cegas e com baixa visão.

Ademais, no ano de 1954, foi criada a APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inicialmente no estado do Rio de Janeiro, entretanto, atualmente se difundiu por muitos lugares do país e tem por finalidade agregar os pais e amigos dos alunos público alvo da educação especial em suas lutas e avanços pela garantia de direitos dos mesmos.

O artigo 9º da Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971, vem como mais um elemento de relevância para a inclusão das pessoas público alvo da educação especial, devido ao fato de que os alunos com deficiências físicas ou mentais, superdotados ou aqueles que tenham atraso em relação a idade regular de matrícula deverão receber tratamento especial conforme as normas fixadas nos Conselhos de Educação. (BRASIL, 1971)

Com o passar das décadas de 1970, 80 e 90 a educação para o público da educação especial começou a ser amplamente debatida o que foi motivado pela Declaração Mundial de Educação Para Todos (NAÇÕES UNIDAS, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) como marcos significativos, já que ambas abordam a garantia a todas as pessoas da inclusão na educação.

Sendo apresentados os marcos históricos referentes a educação inclusiva, percebemos como a quantidade de marcos aumenta com o passar dos anos e como são relevantes até os dias de hoje, já que com eles é perceptível os avanços que educação teve visto que, em tempos passados, pensar uma pessoa do público alvo da educação especial numa sala de aula regular parecia um pensamento utópico.

2.2 INCLUSÃO ESCOLAR: QUAIS AS GARANTIAS DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

Considerando as lutas dos familiares para que seja assegurado não só o direito à educação, como todas as suas minúcias, apresentaremos alguns marcos presentes na legislação brasileira.

Mediante o direito à educação para todos os cidadãos brasileiros que deve ser estimulado e promovido pelo Estado e pela família, conforme está presente na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205, ademais, no artigo 208 inciso 3º, também há o direito ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, devendo acontecer de preferência na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

No que se refere a inclusão escolar, a Lei 7.853, em seu artigo 2º, inciso 1º, vem apresentar quais direitos devem ser assegurados as pessoas com deficiência na área da educação. Pontos como a oferta obrigatória e gratuita, acesso das pessoas com deficiência aos mesmos benefícios que os demais estudantes, a inserção nas escolas e a inclusão em divergentes níveis de educação são apresentados. (BRASIL, 1989)

Na Lei nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu artigo 53 aborda sobre o direito à educação visando o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Aqui são elencados 5 direitos a serem assegurados, que são eles:

- I - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - Direito de ser respeitado por seus educadores;
- III - Direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;
- IV - Direito de organização e participação em entidades estudantis;
- V - Acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (BRASIL, 1990)

A Lei 9.394/96, conhecida também por Lei de Diretrizes de Bases da educação, vem abordar em seu capítulo V o fato de que o serviço de apoio especializado deverá ser oferecido se assim for necessário. Outro fator de grande relevância é que se não for possível a integração do aluno na sala regular, o atendimento escolar deve ser ofertado nas classes, escolas ou serviços especializados, tudo isso desde o período da educação infantil.

Vale destacar o fato importantíssimo que está em consonância com nosso trabalho, além do currículo, recursos e acesso igualitário aos benefícios que colaboram para a inclusão, temos no artigo 59, inciso 3º ainda da LDB, apresentada a necessidade de professores capacitados para estarem na rede regular de ensino e que consigam proporcionar a inclusão dos estudantes público alvo da educação especial. Inclusão essa voltada para a autonomia do indivíduo, já que se

Reconhece a deficiência como um conceito que depende não apenas de fatores biológicos, pois também é resultante da interação entre os indivíduos com deficiência, as barreiras impostas pelo ambiente e certas atitudes de outros indivíduos (BARBOSA-FORMANN; ANGELICA, 2014, p.11).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, é quem orienta os sistemas de ensino afim de que a inclusão ocorra de forma efetiva para os estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, através da oferta do Atendimento Educacional Especializado e da formação de professores para atuação no AEE, como nos demais campo da educação, e também, na participação das famílias e comunidade, acessibilidade em meios de comunicação, locomoção e arquitetura. (BRASIL, 2008)

Além dos pontos gerais como garantia da oferta, inclusão na sala de aula regular, medidas de apoio, no decreto 7.611, é posto que os recursos e todo material que possam facilitar o processo de ensino-aprendizagem são como inibidores de barreiras, portanto, o decreto vem como ferramenta para conquistar a utilização destes meios nas escolas. Também ressalta o AEE como integrante ao processo de escolarização dos alunos, sendo seus objetivos: favorecer a continuidade do estudante na escola, a confecção de materiais que auxiliam a comunicação e aprendizagem, garantir a inclusão na sala de aula regular e as condições de progresso nos estudos. (BRASIL, 2011)

O Plano Nacional de Educação, por sua vez, na meta 4, traz a universalização do acesso à educação básica e ao AEE do público alvo da educação especial com idades entre 4 e 17 anos, isso com precedência de que seja na rede regular de ensino. Dessa forma, temos mais um recurso que busca a inclusão desses alunos.

Por fim, trazemos a Lei 13.146, conhecida por Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência que no que se refere a educação e na temática do presente trabalho, salienta, no seu capítulo IV, que é dever do Estado garantir e promover os meios para que

ocorram práticas pedagógicas inclusivas, isto tanto por meio da formação docente inicial como da formação continuada para o AEE, como também, a formação de tradutores, intérpretes de Libras de guias intérpretes e de profissionais de apoio.

Diante do exposto, vemos como a legislação brasileira poderia, ao menos na teoria, assegurar tantos direitos para as pessoas com deficiência e como ela funcionaria de forma inclusiva, atendendo o aluno em suas necessidades específicas com o Atendimento Educacional Especializado e oportunizando o ensino e aprendizagem dessas crianças, no entanto, a realidade é que ainda hoje é notório as lutas para que cada um dos pontos citados ao longo deste tópico, seja realmente efetivado.

2.3 FORMAÇÃO DE PROFESSORES NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ALGUNS DESAFIOS

Conforme exposto nos capítulos anteriores, percebe-se toda a evolução histórica e legislativa, no que se refere aos fatores que colaboram para a educação inclusiva, entretanto, infelizmente com a não realização efetiva, principalmente, do cumprimento das leis e de medidas que socialmente diminuam o preconceito com as deficiências, as lacunas ficam aparentes, dentre elas a falta de oferta de formação continuada para os professores da educação básica para o trabalho com a educação especial e assim o processo de ensino-aprendizagem não ocorre com êxito.

Considerando os dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2021) que revelam o aumento entre os anos de 2016 e 2020, em 34,7% do número de matrículas de alunos público da educação especial, chegando ao total de 1,3 milhões de matrículas no ano de 2020, se evidencia a necessidade da boa formação, do cumprimento das leis e os demais aspectos apresentados.

Além disto, ainda segundo dados do INEP (2021), saímos de um percentual de 89,5% de matrículas em 2016, para 93,3% em 2020, isto para alunos público alvo da educação especial, com idades entre 4 e 17 anos, incluídos na sala regular.

Diante disso, segundo Barretto (2015) e Kramm (2019), as lacunas existentes dificultam a possibilidade de termos professores capacitados, seja para a sala regular ou mesmo para o AEE, portanto, se faz necessário uma maior oferta e um maior interesse

por parte dos professores de buscarem metodologias de ensino mais eficazes nessas formações.

Partindo desta perspectiva, ao analisar o fluxograma das disciplinas ofertadas pelo Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da UFPB/Campus I da resolução nº64/2006 - CONSEPE observamos que o mesmo tem por obrigatórias apenas duas disciplinas com foco na educação especial, com carga horária de 60 horas cada, sendo essas disciplinas, educação especial e libras, contudo, sabendo que o conteúdo para a formação em educação especial é bastante amplo, consideramos que acaba se tornando uma carga horária muito reduzida para alcançar o aprendizado dos docentes em formação.

Em acréscimo, para os estudantes que optam pelo aprofundamento na educação especial, além das duas disciplinas obrigatórias citadas anteriormente, há a oferta de 3 disciplinas com foco na área de aprofundamento além do estágio supervisionado com foco também na área de educação especial.

No que se refere à prática docente, como exposto por Santiago e Pereira (2015) é fundamental levar em consideração a particularidade de cada indivíduo no que se trata de suas deficiências. Considerar se ela é congênita ou adquirida, já que o processo de reabilitação e aceitação pode interferir nos estudos, sendo preciso assim, o professor perceber o ritmo de aprendizagem do aluno, se é necessário retomadas dos conteúdos com outros métodos ou mesmo se é possível avançar nas temáticas estudadas.

Ainda no que se refere as particularidades dos alunos, torna-se importante averiguar quais condições e em que meio social o estudante está inserido, pois o uso ou a falta de alguns recursos podem facilitar ou retroceder os estudos, com isso, vemos a relevância desses aspectos, como ponto de partida em um planejamento posterior, visto que, se em sala o professor tem um aluno com baixa visão é diferente do aluno cego e havendo um aluno cego é importante que eles dispunham de reglete e punção¹ e assim percebemos a importância de conhecer sobre os campos que a educação especial abrange para cada vez ir em busca de novos métodos, didáticas e recursos para tornar a educação mais inclusiva.

Outro fator de destaque é que há diversos meios possíveis de se trabalhar com os alunos que não tem deficiência para buscar a inclusão não apenas por parte do corpo

¹ A reglete e o punção são instrumentos da escrita Braille.

docente como também por meio dos demais estudantes e esse trabalho deve ser realizado desde a educação infantil, abordando os diferentes tipos de deficiência, ou ao menos os tipos que estão presentes na instituição de ensino ou na sala de aula. Assim, a inclusão seria plenamente vivenciada e promovida pelos professores e demais alunos no ambiente escolar.

Portanto, se tivéssemos professores bem formados, com um pouco de conhecimento sobre as deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e a superdotação, como também sobre as ferramentas que auxiliam esse público, faria com que não só obtivesse uma maior facilidade e alcance com o ensino de seus alunos, como também, a quebra de barreiras para o convívio social e daria uma maior autonomia ao estudante público alvo da educação especial.

Os resquícios dessa lacuna percebemos na fala de Tardif (2002), quando comenta que a formação docente tem várias frentes e possibilidades e que tudo envolto na vida do pedagogo influencia em sua prática docente, seja sua história de vida, a cultura de onde vive e inclusive suas próprias experiências. Considerando aspectos como o não saber conviver com as pessoas com deficiência, não sabemos nos comunicar com elas, em muitos casos as pessoas não têm interesse sequer em aprender um pouco mais sobre a temática ou mesmo a falta de respeito em estacionar o carro numa vaga especial, a não parada do transporte público para levar um cadeirante, entre outros inúmeros relatos que poderiam aqui serem citados como atitudes que erroneamente, são disseminadas por muitas gerações. No entanto, o professor pode ter um papel ímpar para desconstruir todos estes paradigmas, trazendo a realidade das pessoas público alvo da educação especial para a sala de aula.

Abordar na contação de histórias personagens com condições que englobem o público da educação especial como por exemplo, fazer uso das histórias da Turma da Mônica, que tem personagens com deficiência que são eles: Hamir - faz uso de muletas, André - autista, Dorinha - deficiência visual, Luca - cadeirante, Tati - Síndrome de Down, Edu - Distrofia Muscular de Duchenne e Humberto - surdo; bonecos considerados “quebrados” por estarem com um braço ou uma perna perdidos continuarem sendo utilizados nas brincadeiras das crianças como a representação das pessoas com deficiência, são possibilidades de pequenas atitudes que já podem mudar a perspectiva das crianças em relação aos preconceitos existentes.

Em contraponto as realidades descritas, alguns professores conseguem trabalhar numa perspectiva mais inclusiva, no entanto, muitas vezes para conseguirem os conhecimentos para atingirem este fim, precisaram buscar fontes de estudo por conta própria, exemplo disto são os professores pesquisarem ou mesmo comprarem materiais de forma independente.

Pensando na docência, o professor não deve deixar a educação de seu aluno a cargo do intérprete de Libras, do cuidador, da assistente terapêutica ou qualquer outro profissional que está ali para auxiliar, posto que, esses profissionais não possuem formação específica para tal, estão ali com outras finalidades. Contudo, o trabalho conjunto é fundamental que aconteça.

Um aspecto importantíssimo que poderia colaborar com a inclusão, diz respeito a implementação de uma gestão democrática na escola, mas a realidade de gestões por indicação política é muito presente ainda nos dias atuais.

Com a gestão democrática, haveria ao menos o estímulo para o corpo docente melhor capacitado, a busca de recursos, arquitetura do prédio com acessibilidade, a interação família-escola e o interesse na educação inclusiva. Vale destacar que uma gestão democrática é fruto de uma boa formação, já que gestor escolar e pedagogo tem a mesma formação, assim, o gestor deverá ter conhecimento da importância do currículo, de um bom planejamento, do que diz a legislação no que se refere a educação inclusiva e sobre a educação especial e o público que ela atinge.

Outros aspectos nos quais a gestão escolar pode colaborar, relacionam-se à formação para os demais funcionários da escola que também deverão saber sobre as especificidades dos alunos da educação especial, o que contribuirá para torna todo o ambiente escolar mais inclusivo.

Ressaltamos ainda a importância da participação da família em todo o processo escolar da criança, pois o trabalho precisa ser feito conjuntamente, na escola e em casa em função de se ter uma continuidade,

Portanto, mediante a todos os marcos históricos apresentados, como também os elementos da legislação brasileira referente a educação inclusiva, percebemos que ainda existem muitas lacunas, no entanto, considerando toda a luta de pais e amigos, os avanços e efeitos da educação inclusiva atualmente são grandiosos na vida das pessoas com

deficiência, transtornos de desenvolvimento e pessoas com altas habilidades e superdotação.

A formação de professores, quando desenvolvida numa perspectiva inclusiva pode se tornar uma ferramenta valiosa neste processo.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Partindo do panorama do crescente aumento das matrículas dos estudantes público alvo da educação especial no ensino regular, este trabalho será pautado na abordagem de pesquisa quanti-qualitativa, propondo-se a avaliar a realidade dos futuros professores que poderão receber estudantes público alvo da educação especial em suas salas de aula.

Segundo Flick (2004), as contribuições das pesquisas quanti-qualitativa/quali-quantitativa são a possibilidade de uma visão geral do que está sendo pesquisado com destaque as diferenças que podem ocorrer, como também, a abordagem de pensamentos diferentes por meio da compreensão dos pesquisadores e assim, esse tipo de pesquisa dará uma maior credibilidade nos seus resultados por conta da junção dos métodos.

Com isso, os dados coletados serão o termômetro para identificar se a formação ofertada aos estudantes concluintes do curso de pedagogia, com aprofundamento na área de educação especial da UFPB está correspondendo às expectativas e necessidades para um trabalho eficaz com os estudantes público alvo da educação especial, procurando apontar ainda aspectos positivos e negativos vivenciados nesse percurso formativo.

Para tanto, afim de compreender a visão dos futuros pedagogos acerca da formação inicial para a educação das crianças público alvo da educação especial, foi realizada uma pesquisa quanti-qualitativa com 10 estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba que tenham optado pela área de aprofundamento na educação especial e que estejam a partir do 7º período do curso, já que assim as disciplinas de educação especial, libras e boa parte dos estágios estão em curso ou já concluídas.

Assim, depois de conhecer e assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o instrumento de coleta de dados utilizado com as participantes foi o questionário online, aplicado através do Google Forms (ver apêndice). O formulário abordava, desde aspectos mais gerais do perfil destas estudantes, até a avaliação que estas fazem em relação ao curso e a área de aprofundamento da educação especial.

De posse desses dados procuramos organiza-los do ponto de vista quantitativo e a seguir analisa-los de forma reflexiva sob a iluminação de estudiosos da área de educação especial, como também de autores que discutem a formação docente, temáticas chave de nosso estudo.

Com a realização da presente pesquisa esperamos obter uma avaliação em relação a formação inicial ofertada pela UFPB, partindo dos próprios estudantes de pedagogia acerca das reais contribuições da área de aprofundamento em educação especial oferecidas aos futuros professores.

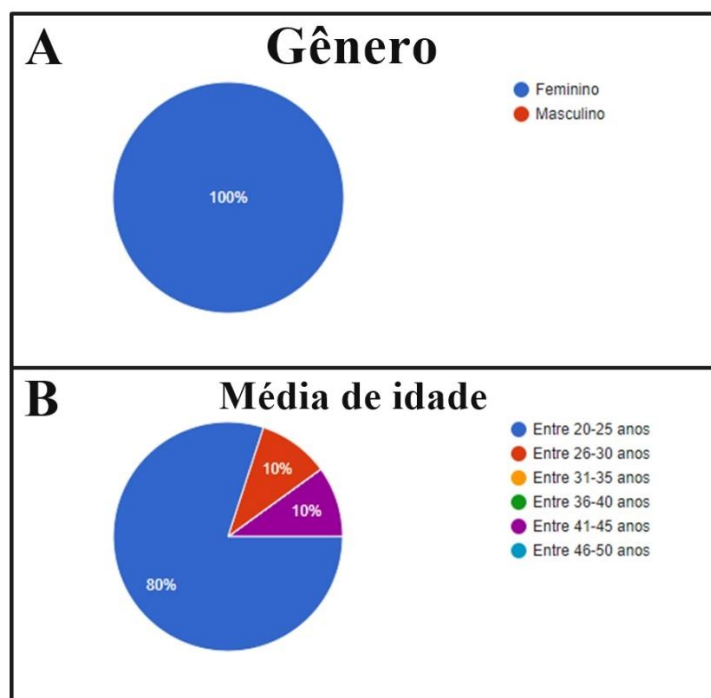
4 A FORMAÇÃO INICIAL E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA INCLUSIVA: O QUE DIZEM AS CONCLUINTE DO CURSO DE PEDAGOGIA DA UFPB

Iniciamos esse capítulo traçando um perfil das participantes do estudo, o que certamente nos ajudará a compreender elementos importantes acerca de sua atuação. Por fim, refletimos sobre os principais desafios que essas participantes apontaram em relação as suas vivências formativas durante seu percurso acadêmico, com atenção particular aos conteúdos relacionados a educação especial.

4.1 SOBRE O PERFIL DAS PARTICIPANTES

As participantes da pesquisa são 100% do gênero feminino, tendo 80% dessas mulheres participantes entre 20 e 25 anos, 10% entre 26 e 30 anos e 10% entre 41 e 45 anos de idade.

Gráfico 1 – Gráfico (A) Gênero, Gráfico (B) Média de Idade



Fonte: Formulário, 2022.

Sobre estes dados podemos analisar que as mulheres ainda têm uma relação com a educação mais alicerçada do que os homens, visto que muitas vezes eles ocupam os postos de gestores e assim percebemos com Stein (2020) que as profissões femininas são tidas como aquelas ligadas ao ensino e ao cuidado, no entanto, as mulheres podem exercer qualquer profissão.

Observamos ainda, que apesar dos inúmeros desafios e até insatisfações experienciados no exercício da docência, as gerações mais jovens permanecem buscando esta formação, o que se evidencia pela faixa etária das participantes demonstradas no gráfico acima e conforme vemos com (NUNES, 2006, p.4)

Ao ingressarem nas instituições de ensino superior, tendo vindo, em geral, de um ensino médio decepcionante, salvo as exceções da elite de praxe, nossos estudantes orientam-se por uma matriz profissionalizante de ensino, deixando de lado a formação mais abrangente, humanística, histórica e social... Enfim a educação.

Considerando que, os critérios de escolha para as participantes foram que as mesmas estivessem a partir do 7º período do curso de Pedagogia e que tenham optado pela educação especial como área de aprofundamento. Obtivemos, 50% das participantes no 8º período do curso, 40% no 7º período e 10% no 9º período.

Portanto, temos uma amostra de estudantes que estarão concluindo o curso em breve e já levam consigo uma quantidade de estudo e conhecimento, no que se refere a educação especial, muito relevante.

4.2 A FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE REVELA A PESQUISA

Esta parte do questionário, buscou consultar as participantes, acerca da avaliação que estas fazem do curso em relação aos elementos especificamente voltados a educação especial.

Sobre este ponto, observamos uma certa divisão por parte das participantes, para 50% delas teve boa avaliação com relatos de que a área está desenvolvida, havendo possibilidades de estudar sobre diversos tipos de deficiências, sendo possível alternar a

teoria com a prática. Segue um trecho de relato de uma das participantes: “[...] obtive tanto a parte teórica quanto a prática e está sendo enriquecedora para a minha formação.” (Formulário de pesquisa, 2022)

Considerando que, o processo de formação de novos professores exige docentes bem qualificados para desempenharem essa tarefa e que além disso adotem práticas inclusivas, obtivemos o seguinte depoimento de uma participante: “Considero que a área da educação especial no curso de pedagogia da UFPB, está bem desenvolvida, pois contamos com excelentes profissionais, na sua maioria fazem um excelente trabalho. ” (Formulário de Pesquisa, 2022)

Contrapondo aos aspectos positivos, a outra metade das estudantes relataram uma não satisfação total com a área da educação especial. Pontos como esquecimento da educação especial, falta de aprofundamento e o número pequeno de disciplinas ofertadas na área foram destacados, conforme os relatos a seguir:

Relato da participante 1:

Apesar de ter optado pela área de aprofundamento de educação especial, até o presente momento, por estar no 7º período do curso, só cursei dois componentes integralmente voltados para essa modalidade. Com isso, considero que a área de educação especial tem tido um espaço pequeno dentro do curso. (Formulário de pesquisa, 2022)

Aqui vemos o número de disciplinas obrigatórias ser colocado em questão, sendo consideradas em quantidade reduzida, apontando assim, para a formação docente inicial, pouco estudo sobre a temática da educação especial.

Por conseguinte, temos o relato da participante 2:

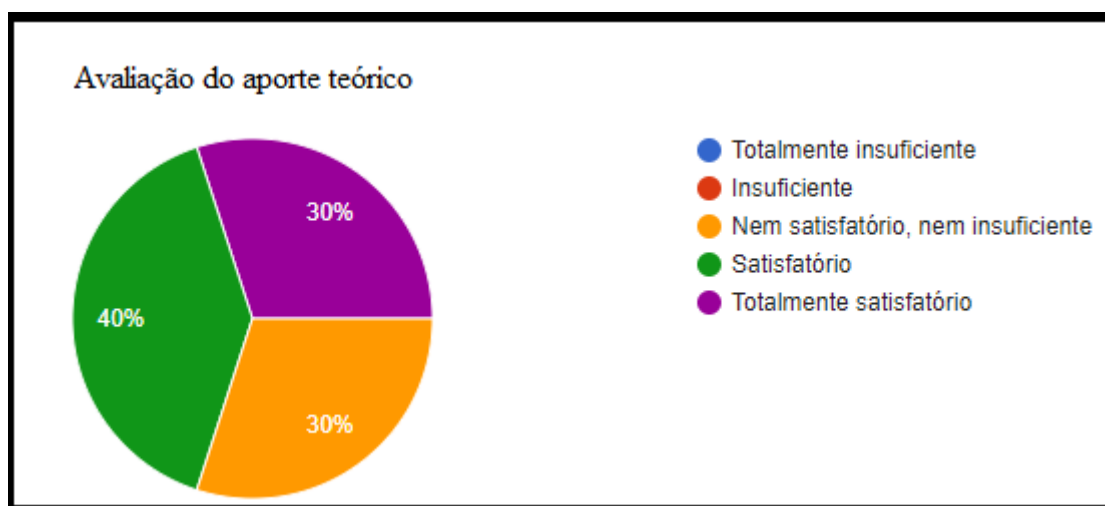
Em minha opinião a área de Educação Especial é bem ativa, no entanto, acredito que ainda falta o rompimento de muitas barreiras atitudinais para que seja melhor efetivada. Acredito que uma disciplina apenas de Educação Especial não dá conta, no caso do curso de Pedagogia e outras licenciaturas, uma vez que somente alguns optam por essa área de aprofundamento. (Formulário de pesquisa, 2022)

Para esta participante, está claro que os demais alunos da pedagogia e de outras licenciaturas, que não contam com essa área de aprofundamento, necessitariam ampliar sua formação sobre a temática.

Isso posto, questionamos as participantes sobre suas avaliações no tocante ao aporte teórico ofertado pelo curso de pedagogia da UFPB, considerando as disciplinas de educação especial, libras –que são obrigatórias, independente da área de aprofundamento escolhida-, estágio supervisionado e as disciplinas da área de aprofundamento.

Numa escala onde as participantes deveriam se posicionar com: totalmente insuficiente; insuficiente; nem satisfatório, nem insuficiente; satisfatório ou totalmente satisfatório. Observamos que, 30% das participantes considera totalmente satisfatório, 40% das participantes considerou como satisfatório e os outros 30% como nem satisfatório, nem insuficiente.

Gráfico 2 – Avaliação do aporte teórico do curso de pedagogia da UFPB em relação a educação especial

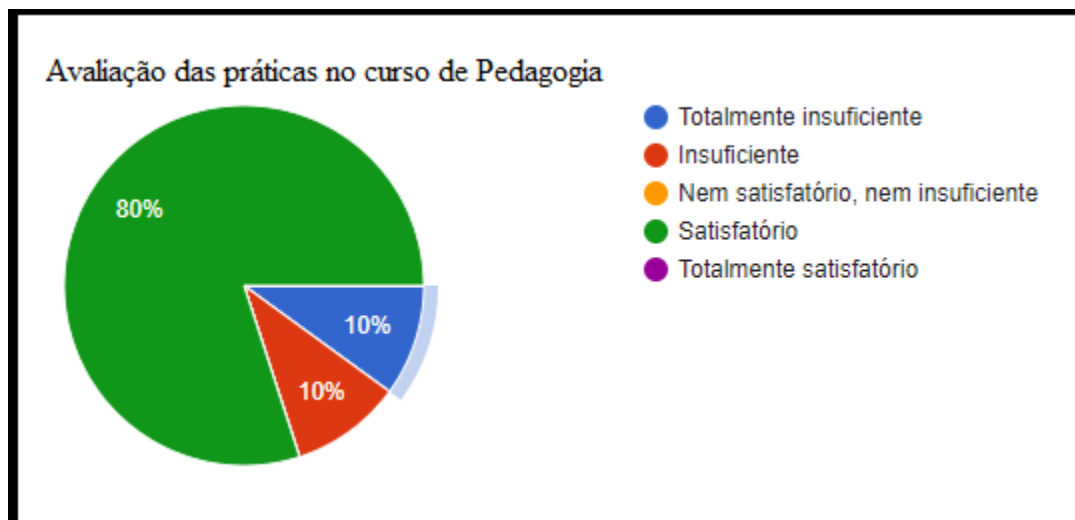


Fonte: Formulário de pesquisa, 2022.

Ao considerarmos que apenas 30% das participantes classificou o aporte teórico estudado em sua formação como totalmente satisfatório, acreditamos que se faz necessário investir mais em referenciais teóricos que de fato despertem a atenção e ao mesmo tempo ofereçam um alicerce na atuação dos futuros pedagogos.

Ainda no que se refere a formação docente inicial, saindo da atmosfera teórica, questionamos o grau de satisfação das estudantes sobre a prática promovida pelo curso de pedagogia, desde os estágios à outras atividades formativas, para que fossem avaliadas como totalmente insuficiente; insuficiente; nem satisfatório, nem insuficiente; satisfatório ou totalmente satisfatório.

Gráfico 3 – Gráfico indicativo do grau de satisfação das estudantes sobre as práticas ofertadas pelo curso de pedagogia da UFPB



Fonte: Formulário de Pesquisa, 2022.

O gráfico acima aponta que 80% das participantes se mostram satisfeitas com as atividades práticas voltadas para a educação especial, ofertadas durante o curso de pedagogia, entretanto, há 10% que consideram tais práticas insuficientes e ainda outros 10% que as consideram totalmente insuficiente.

Especificamente com referência ao estágio supervisionado em educação especial, uma das participantes relata que

Atualmente eu trabalho na EEBAS acompanhando um aluno autista e por consequência peguei o estágio de educação especial na AMA que trabalha somente com autistas dos mais variados níveis. São experiências riquíssimas, aonde consigo complementar um ao outro a partir das informações que venho coletando. Acredito que a partir daí posso trabalhar tranquilamente com qualquer aluno autista que esteja na minha sala de aula. Um ponto ruim é que não consigo ter esse aprofundamento com outras deficiências, algo que seria muito importante. (Formulário de pesquisa, 2022)

É possível perceber o paradoxo que essa estudante vivencia em ter um maior aprofundamento em um único aspecto dentre o leque de possibilidades da educação especial, havendo o ponto negativo que numa sala regular ela não possuirá a previsão de que casos pode encontrar, podem haver ou não autistas em sua sala de aula.

Juntamente com Pimenta e Lima (2009), percebemos que

[...] o estágio é teoria e prática (e não teoria ou prática). De acordo com o conceito de ação docente, a profissão de educador é uma prática social. Como tantas outras, é uma forma de se intervir na realidade social, no caso por meio da educação que ocorre não só, mas essencialmente, nas instituições de ensino. Isso porque a atividade docente é ao mesmo tempo prática e ação.

O relato acima deixa claro que embora sua prática tenha se resumido ao acompanhamento de estudantes com TEA, esta estudante definiu o estágio como experiência positiva na medida em que contribuiu para fortalecer seu trabalho enquanto professora.

Um dos apontamentos que mais nos chamou atenção foi o seguinte: “Ao meu ver temos uma diversidade, porém apenas ao final do curso” (Formulário de Pesquisa, 2022) e enquanto estudante enquadrada no perfil das participantes da pesquisa (porém não respondente) percebemos a veracidade dessa afirmação considerando que a oferta das práticas acontece de fato nos últimos períodos do curso, o que pode tornar o tempo de experiência relacionadas aos conhecimentos que envolvem a educação especial reduzidas, já que normalmente o estágio supervisionado ocorre apenas uma vez por semana e com duração de 4 horas por visita.

Assim, a pesquisa nos mostra que a área da educação especial no curso de pedagogia tem grandes acréscimos a formação inicial das futuras pedagogas, no entanto, existem fatores que necessitam passar por uma revisão e melhorias, a exemplo das propostas de atividades práticas e do conhecimento da realidade de instituições de ensino inclusivas, como também, no aporte teórico com uma maior oferta de componentes curriculares e com maior variedade de subsídios acerca da educação especial.

4.3 INCLUSÃO ESCOLAR: ELEMENTOS CONTRIBUTIVOS À FORMAÇÃO DOCENTE

Inicialmente destacamos, que a inclusão se relaciona com elementos que vão além da formação docente, de acordo com Ferreira (2006), o professor da escola inclusiva terá uma abordagem que vai se moldando conforme as circunstâncias do meio onde está inserido. Assim, considerar a realidade da escola, do aluno e da comunidade é fundamental, já que assim, o trabalho pode ocorrer de forma conjunta, no entanto, o

professor continua por ser um dos protagonistas do processo inclusivo em consequência, se faz necessário que o mesmo faça periodicamente uma auto avaliação de sua prática afim de aperfeiçoá-la.

Outro elemento contributivo à formação e à prática docente diz respeito à colaboração entre família e escola, vemos que quando as famílias não participam do processo escolar das crianças PAEE, a inclusão acaba sendo mais desafiadora, já que a criança traz consigo os sentimentos expostos pela família, quando estes são positivos, colaboram para o desenvolvimento, sendo negativos, podem retardar e ocasionar bloqueios na aprendizagem da criança (Capellini e Rodrigues - 2009).

Sobre a temática de família-escola, uma das estudantes comenta que “A escola e a família precisam urgentemente estarem de mãos dadas, esse fator é fundamental para que haja sucesso na inclusão. ” (Formulário de Pesquisa, 2022)

A empatia, o afeto e a busca por acessibilidade para trabalhar com o PAEE foram temas abordados pelas estudantes, como argumentou uma das participantes afirmando acreditar que

[...] quando o professor é afetivo para com seus alunos, mesmo que ele não tenha recursos, tecnologias assistivas para poder fazer a inclusão acontecer, a sua afetividade não permitirá que o mesmo desista da inclusão escolar dos seus alunos com deficiência, pois ele encontrará outras formas de incluí-los no processo educacional. (Formulário de Pesquisa, 2022)

Estamos cientes do sentido e do valor da afetividade no trabalho voltado a estudantes com ou sem deficiência, visto que Andersen (2011, p. 12) afirma que o “ser humano é primordialmente emocional e precisa ser entusiasmado a aprender. Não é uma simples máquina a ser programada. E esse entusiasmo precisa ser resultado de uma relação afetiva e determinada”.

Desta maneira, percebemos que a relação escola-família e a afetividade foram destaques entre os fatores que colaboram no processo de inclusão, no entanto, sabemos que muitas vezes a aceitação das famílias em ter um filho PAEE não acontece inicialmente e também a afetividade na escola deve passar pelo processo de construção do real conhecimento de cada indivíduo, de suas singularidades e especificidades.

Como vimos, além da formação docente, o olhar para a realidade, a participação da família, a afetividade e a auto avaliação são elementos potenciais na implementação de práticas pedagógicas inclusivas.

4.4 A ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POSSIBILIDADE DE FORMAÇÃO NUMA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Analizando os dados percebemos que mesmo em meio as dificuldades ainda existentes no curso de pedagogia, as estudantes conseguem filtrar uma série de elementos positivos para sua carreira profissional. A partir disso, analisaremos a visão das estudantes participantes da pesquisa no tocante as contribuições da educação especial como área de aprofundamento com ênfase na perspectiva inclusiva.

Inicialmente, apresentamos o seguinte relato: “Com a educação especial pude observar o quão importante é a inclusão no ambiente escolar, os ritmos de aprendizagem de cada aluno e a importância de ter um profissional apto para aquele tipo de situação. ” (Formulário de Pesquisa, 2022)

Podemos pensar no seguinte exemplo para compreender a necessidade de ter um profissional capacitado para trabalhar na educação especial: se apresentados casos de estudantes com deficiências a um pedagogo o mesmo poderá não está munidos de condições para dar um diagnóstico assertivo em relação a este caso, do contrário um especialista, que teve formação para compreender determinadas questões específicas, saberá identificar possíveis dificuldades e como atuar diante delas. Assim, o pedagogo com o conhecimento sobre a educação especial, saberá como alcançar seu aluno e quais métodos de ensino serão mais eficazes.

Segundo as estudantes, “somos apresentados a muitas informações, conhecimento e a diferentes autores e perspectivas durante a nossa formação”, “tendo em vista que os nossos professores são pesquisadores e procuram sempre nos oferecer uma base teórica que se sustenta. ” (Formulário de Pesquisa, 2022)

Percebemos que as estudantes, entendem a teoria abordada pelos professores como fator rico em sua formação, podendo oferecer a base que necessitamos para

compreender o processo de desenvolvimento, bem como as concepções que a sociedade construiu historicamente acerca da inclusão e das pessoas com deficiência.

Assim, apesar de algumas lacunas apontadas pela pesquisa, destacamos que as participantes classificam como positiva sua participação na área de aprofundamento em educação especial, a qual consegue oferecer contribuições tendo em vista a construção de uma prática docente inclusiva.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para o objetivo geral de nossa pesquisa, concluímos que a avaliação das estudantes do curso de pedagogia, com aprofundamento em educação especial, em sua maioria, foi considerada satisfatória, no entanto, com algumas necessidades de melhorias, como uma maior oferta de atividades práticas com foco na área da educação especial, uma revisão do aporte teórico

Percebemos ainda, os limites de nossa pesquisa, no tocante à quantidade de estudantes participantes, que representa apenas uma amostra provavelmente pequena, considerando que não conseguimos obter informações exatas em relação ao número de estudantes compatíveis com o perfil das participantes, ademais, pela questão do tempo de elaboração do presente trabalho, realizamos uma pesquisa com recurso de resultado rápido, que foi o formulário online, que está atrelado as tecnologias, fenômeno ascendente da geração atual.

Nos foi possível abordar sobre a relevância da formação numa perspectiva inclusiva, visualizamos como as futuras pedagogas julgam a teoria e prática ofertada pelo curso e também, o nível de satisfação destas em relação a área de aprofundamento.

Esperamos que, a partir desta pesquisa novas publicações e estudos possam realizar-se, ampliando o público da pesquisa, podendo consultar também, o corpo docente e a coordenação do curso, no tocante a sua visão acerca da formação oferecida.

Além disso, esperamos que os docentes e discentes busquem preencher as lacunas apresentadas junto a coordenação do curso e que os professores procurem atualizar seu acervo teórico, como também, trabalhem com metodologias inclusivas, consultando seus alunos acerca de qual método seria mais eficaz para sua aprendizagem e quais meios não seriam considerados proveitosos. Somando a isso, que havendo no curso, alunos PAEE, que estes professores ofertem metodologias acessíveis ao menos em suas aulas.

Os dados apontaram ainda, a necessidade de que o curso ofereça mais momentos práticos para os estudantes, além de promover formação continuada para o corpo docente aperfeiçoar-se na inclusão e poder transmitir isso aos alunos.

Portanto, a partir dos dados coletados e analisados consideramos rica e frutuosa toda a construção dessa pesquisa. Percebemos, finalmente, que mesmo em meio as

problemáticas e desafios, no tocante a educação especial numa perspectiva inclusiva, há quem busque uma educação para todos.

REFERÊNCIAS

- ALVES-Mazzotti AJ, GEWANDSZNAIJDER F. *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo: Pioneira; 1998
- ANDERSEN, Roberto. *Afetividade na educação: psicopedagogia*. 2 d. São Paulo: Allprint editora, 2011.
- ANGELUCCI, Carla; SOUZA, Beatriz de Paula (org.). *Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.
- BARBOSA-FORHMANN, A. P; Angelica, T.C.A. (2014). *Crianças com deficiência e o acesso à educação fundamental no Brasil: inclusão ou integração? Uma análise a partir do direito constitucional*. *Revista Pensar*, 1(19): 9-34. Disponível em:< https://periodicos.unifor.br/rpen/article/view/2651/pdf_1>; Acesso: 27 nov. 2022.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- _____. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília, 2011.
- _____. *Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil*. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.
- _____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da educação Básica 2020. Brasília. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/inep-divulga-dados-da-1a-etapa-do-censo-escolar-2020>> Acesso em: 03 dez. 2022.
- _____. *Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971*. Diário Oficial da União: Seção 1, Brasília, Página 6377.
- _____. *Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989*. Brasília. 1989.
- _____. *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015*. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília. 2015.

_____. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Lei n.9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília. 1996.

_____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Janeiro de 2008. Brasília. 2008.

CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Concepções de professores acerca dos fatores que dificultam o processo da educação inclusiva. *Revista Educação*, Porto Alegre, v. 32, n. 3, p. 355-364, set./dez. 2009

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

FERREIRA, J. R. Educação especial, inclusão e política educacional: notas brasileiras. In: RODRIGUES, D. (Org.) *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus Editorial, 2006.

FLICK, U. *Uma introdução à pesquisa qualitativa*. 2. Ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

HUBERMAN, Michael. *O ciclo de vida profissional dos professores*. In: NÓVOA, A. (Org). *Vidas de professores*. Lisboa: Porto Editora, 1992.

LAPA, B. C. (2017). *Tecendo um traçado entre autoformação docente e sentidos do trabalho*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, AM, Brasil. Disponível em: <<http://repositorio.ifam.edu.br/jspui/handle/4321/45>> Acesso em: 28 nov. 2022

NUNES, E. *Ensino universitário, corporação e profissão: paradoxos e dilemas estratégicos do Brasil*. Observatório Universitário, 2006

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. *Declaração de Salamanca: Princípios, Política em Educação Especial*. Espanha, 1994.

PESTALOZZI, J. H. *Cartas sobre educación infantil*. 3. ed. Tradução de José María Quintana Cabanas. Madrid, España: Editorial Tecnos S. A, 2012

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. *Estágio e Docência: questões e propostas*. 4ª São Paulo: Cortez, 2009.

SANTIAGO, Sandra; PEREIRA, Douglas. *A especificidade do trabalho pedagógico com alunos surdos*. In: SANTIAGO, Sandra Alves da Silva (Org). *Problematizando a inclusão*

do estudante Surdo: da educação infantil ao ensino superior. João Pessoa: CCTA, 2015. p.47-63.

SANTIAGO, S.A.S. *Educação Especial no Brasil*. 2012. Disponível em: <http://profasandrasantiago.blogspot.com/?m=1>. Acesso em: 26 nov. 2022.

STEIN, Edith. *A mulher: sua missão segundo a natureza e a graça*. Edith Stein; tradução de Alfred J. Keller – Campinas, SP. Ecclesiae, 2020.

TARDIF, Maurice. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ. Vozes, 2002.

TROLL, L. E. (1975). *Early and Middle Adulthood: The best is yet to be*. (Life-span human development series). Monterey, CA: Brooks/Cole.

UNESCO. *Declaração mundial sobre educação para todos e plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem*. Jomtien, Tailândia: UNESCO, 1990.

VYGOTSKY LS. *Obras completas. Tomo cinco: Fundamentos de Defectologia*. Havana: Editorial Pueblo Y Educación;1989.

APÊNDICE A – FORMULÁRIO DE PESQUISA

Formulário de Pesquisa

Pesquisa referente ao Trabalho de Conclusão de Curso, da aluna Marianna Vieira de Lima Alves, sob orientação da Profª Drª Adenize Queiroz de Farias, intitulado "A educação de estudantes público alvo da educação especial em João Pessoa: Um olhar acerca da formação docente inicial."

Contamos com sua colaboração.

mari.vieira91@gmail.com [Alternar conta](#)



*Obrigatório

E-mail *

Seu e-mail

Gênero *

- ☐ Feminino
- ☐ Masculino

Em qual período do curso você está? *

- ☐ 7º
- ☐ 8º
- ☐ Outro: _____

idade *

- ☐ Entre 20-25 anos
- ☐ Entre 26-30 anos
- ☐ Entre 31-35 anos
- ☐ Entre 36-40 anos
- ☐ Entre 41-45 anos
- ☐ Entre 46-50 anos

Como está a área da educação especial no curso de pedagogia da UFPB na sua visão? *

Sua resposta

O que você colocaria como ponto a ser avaliado e melhorado no curso de Pedagogia da UFPB no que se refere a educação especial? *

Sua resposta

Tendo escolhido a área de aprofundamento em educação especial, como você se sente ao pensar que adentrando no mercado de trabalho e trabalhando enquanto professora, pode acontecer de ter aluno(s) com deficiência na sua turma? *

Sua resposta

Com relação ao aporte teórico ofertado no curso de Pedagogia da UFPB, como você avalia? *

- ☐ Totalmente insuficiente
- ☐ Insuficiente
- ☐ Nem satisfatório, nem insuficiente
- ☐ Satisfatório
- ☐ Totalmente satisfatório

Com base na sua avaliação da questão anterior, comente sobre o aporte teórico ofertado no curso de Pedagogia da UFPB. *

Sua resposta

Como você avalia o estágio e outras atividades práticas vivenciadas ao longo do curso, a respeito da educação especial? *

- ☐ Totalmente insuficiente
- ☐ Insuficiente
- ☐ Nem satisfatório, nem insuficiente
- ☐ Satisfatório
- ☐ Totalmente satisfatório

Com base na sua avaliação da questão anterior, comente sobre o estágio e outras atividades práticas vivenciadas ao longo do curso, a respeito da educação especial. *

Sua resposta

Além da formação docente quais aspectos você acredita que podem contribuir para a inclusão? *

Sua resposta

APÊNDICE B – TCLE



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE HABILITAÇÃO PEDAGÓGICA
MODELO DO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
(TCLE)

Prezado(a) PARTICIPANTE DE PESQUISA,

Os pesquisadores Adenize Queiroz de Farias e Marianna Vieira de Lima Alves convidam você a participar da pesquisa intitulada “A EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA EM JOÃO PESSOA: UM OLHAR ACERCA DA FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde.

Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

Esta pesquisa tem por objetivo avaliar o processo de formação de professores na área de aprofundamento em educação especial ofertado pela Universidade Federal da Paraíba.

A coleta de dados desta pesquisa será realizada através da metodologia de pesquisa qualitativa, sendo esta por meio de entrevista realizada com 10 estudantes do curso de pedagogia da Universidade Federal da Paraíba, que estejam cursando o último período e tenham optado pela área de aprofundamento na educação especial.

Riscos ao (à) Participante da Pesquisa: desconforto, possibilidade de constrangimento ao responder o instrumento de coleta de dados, medo de não saber responder ou de ser identificado, estresse, revitimizar e perder o autocontrole e a integridade ao revelar pensamentos e sentimentos nunca revelados, divulgação de dados confidenciais (registrados no TCLE). – e de tomar o tempo do sujeito ao responder a entrevista;

Benefícios ao (à) Participante da Pesquisa: Encontrar causa das problemáticas abordadas e esclarecê-las, aumento do conhecimento sobre o tema, benefício potencial futuro.

Informação de Contato do Responsável Principal e de Demais Membros da Equipe de Pesquisa

Marianna Vieira de Lima Alves

Universidade Federal da Paraíba

Email: mari.vieira91@gmail.com

Telefone: (83) 99138-0071

Adenize Queiroz de Farias

Universidade Federal da Paraíba

Email: adenize.queiroz.ufpb@gmail.com

Telefone: (83) 98894-3184

Endereço e Informações de Contato da Universidade Federal da Paraíba

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 83 3216-7200

Horário de funcionamento do gabinete da pró-reitoria: 07:00 às 19:00 horas

Homepage: <https://www.ufpb.br>

Endereço e Informações de Contato do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)/CCS/UFPB

Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Centro de Ciências da Saúde (1º andar) da Universidade Federal da Paraíba

Campus I – Cidade Universitária / CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB

Telefone: +55 (83) 3216-7791

E-mail: comitedeetica@ccs.ufpb.br

Horário de Funcionamento: de 07h às 12h e de 13h às 16h.

Homepage: <http://www.ccs.ufpb.br/eticaccsufpb>

CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Ao colocar sua assinatura ao final deste documento, VOCÊ, de forma voluntária, na qualidade de PARTICIPANTE da pesquisa, expressa o seu consentimento livre e esclarecido para participar deste estudo e declara que está suficientemente informado(a), de maneira clara e objetiva, acerca da presente investigação. E receberá uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), assinada pelo(a) Pesquisador(a) Responsável.

João Pessoa, _____ de _____ de 2022.

Assinatura, por extenso, do (a) Participante da Pesquisa

Assinatura, por extenso, do (a) Pesquisador (a) Responsável pela pesquisa